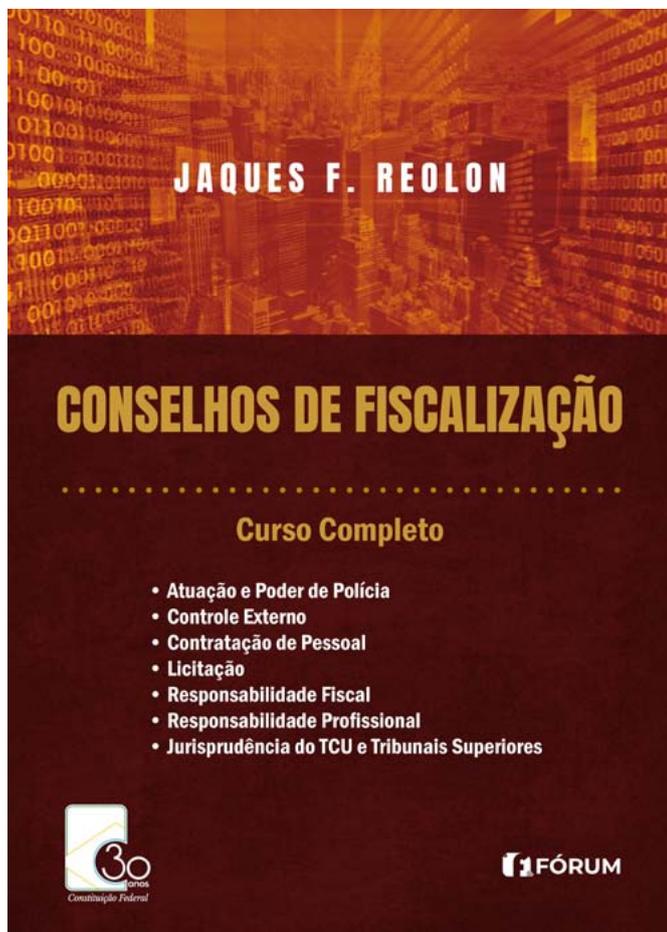


**Autor**  
Jaques F. Reolon

## CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO

**Área específica**  
Direito Administrativo.



Os conselhos de fiscalização profissional são entidades destinadas ao controle e à fiscalização das atividades profissionais de diversas categorias. Em síntese, representam o interesse da sociedade em evitar práticas danosas.

Atualmente, convivem com uma situação de relativa insegurança jurídica.

Diversos conselhos, em sua origem, foram criados com personalidade jurídica de direito público, porém, após o advento da Constituição de 1988, foi publicada a Lei nº 9.649/1998, que lhes atribuiu personalidade jurídica de direito privado e vedou manterem com a Administração Pública qualquer vínculo funcional ou hierárquico.

Instituiu-se o problema. Afinal, seriam de direito público ou privado?

A questão bateu às portas do STF, no leading case da ADI nº 1.717-6. Foi afastada a sua personalidade jurídica de direito privado, prevalecendo o entendimento de sua natureza jurídica de autarquia, pois exercem poder de polícia, de tributar e de punir.

A partir do momento em que a sua natureza jurídica foi definida com base na interpretação das suas atribuições, exsurtiu uma espécie de vácuo legislativo e de insegurança jurídica, pois inexistia lei definindo expressamente o regime jurídico de seu pessoal, as normas gerais para suas compras e serviços, para o regime de aposentadoria de seu pessoal e outros.

Esta obra tem por objetivo contribuir para a elucidação das dúvidas existentes e estabelecer, a partir da organização do conhecimento, um norte seguro aos gestores desse setor.

### **Áreas afins**

Conselhos de fiscalização; controle; contratação de pessoal. Direito administrativo, Constitucional, Trabalhista.

### **Público-alvo/consumidores**

gestores dos conselhos de fiscalização; estudantes, professores, especialistas em direito administrativo e constitucional, órgãos de controle;

**FORMATO:** 17 X 24 cm  
**CÓDIGO:** 10001473

R424c

Reolon, Jaques F

Conselhos de fiscalização: curso completo / Jaques F. Reolon.– Belo Horizonte :  
Fórum, 2018.

211 p.; 17cmx24cm

ISBN: 978-85-450-0570-4

1. Direito Administrativo. 2. Conselho de fiscalização. 3. Direito Constitucional. 4.  
Direito Trabalhista. I. Título.

CDD 341.3

CDU 342.9

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

REOLON, Jaques F. Conselhos de fiscalização: curso completo. Belo Horizonte: Fórum, 2018. 211 p. ISBN 978-85-450-0570-4.

## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	9
APRESENTAÇÃO .....	11
CAPÍTULO 1 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E SUA ABRANGÊNCIA .....	13
1.1 Administração Pública e administração pública .....	15
1.2 Administração Direta .....	17
1.3 Administração Indireta .....	18
1.3.1 Agências Reguladoras .....	20
1.3.2 Consórcios Públicos .....	21
1.4 Entidades paraestatais .....	23
1.4.1 Serviços Sociais Autônomos .....	24
1.4.2 Organizações Sociais .....	25
1.4.3 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público .....	26
1.5. Princípios constitucionais relacionados à Administração Pública .....	27
1.5.1 Princípio da Legalidade .....	28
1.5.2 Princípio da Impessoalidade .....	29
1.5.3 Princípio da Moralidade .....	31
1.5.4 Princípio da Publicidade .....	31
1.5.5 Princípio da Eficiência .....	33
CAPÍTULO 2 - OS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL .....	35
2.1 Breve retrospectiva histórica .....	37
2.2 Conceituação e finalidade .....	38
2.3 Natureza jurídica .....	40
2.3.1 O caso singular da OAB .....	44
CAPÍTULO 3 - ATUAÇÃO DOS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL .....	47
3.1 Origem dos cursos .....	49
3.1.1 Natureza jurídica das anuidades cobradas pelos conselhos .....	51
3.2 Submissão à Lei de Licitações .....	53
3.3 Incidência da Lei de Responsabilidade Fiscal .....	55
3.4 A questão da transparência .....	59
3.5 A função social .....	63
3.6 Os conselhos em juízo .....	64

CAPÍTULO 4 - O PODER DE POLÍCIA DOS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL ...	67
4.1 Conceituação .....	69
4.2 Capacidade sancionatória dos conselhos .....	71
4.3 Limites ao poder de polícia .....	73
CAPÍTULO 5 - O CONTROLE ESTATAL SOBRE OS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL .....	77
5.1 Espécies de controles existentes no Brasil .....	79
5.2 O controle interno .....	81
5.3 O controle externo .....	88
5.4 Competência fiscalizatória do Tribunal de Contas da União .....	91
5.5 Do dever de prestar contas .....	93
5.6 Do relatório de gestão .....	95
CAPÍTULO 6 - CONTRATAÇÃO DE PESSOAL .....	99
6.1 Breve introdução ao tema .....	101
6.2 Compulsoriedade do concurso público .....	101
6.3 Regime Jurídico .....	103
6.4 Terceirização .....	107
6.5 Cargo comissionado .....	110
6.6 Acumulação de cargos .....	112
6.7 Remuneração .....	114
6.7.1 Diárias .....	114
6.7.2 Jetons .....	117
6.7.3 Teto remuneratório .....	118
CAPÍTULO 7 - RESPONSABILIDADE PROFISSIONAL .....	121
7.1 Aderência ao tema .....	123
7.2 Exigência de prévia inscrição nos conselhos para o exercício profissional .....	123
7.3 Responsabilidade por dano a outrem .....	128
7.4 A prova da culpa do profissional liberal e o dever de reparação .....	130
CAPÍTULO 8 - REFLEXÕES SOBRE A GESTÃO DOS CONSELHOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL .....	133
8.1 Racionalização da gestão .....	135
8.2 Necessidade de autonomia .....	137
CAPÍTULO 9 - JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA POR ASSUNTO .....	141
9.1 Administração Pública e sua abrangência .....	144
9.2 Os Conselhos de Fiscalização Profissional .....	144
9.3 Atuação dos Conselhos de Fiscalização Profissional .....	147
9.4 O poder de polícia dos Conselhos de Fiscalização Profissional .....	157
9.5 O controle estatal sobre os Conselhos de Fiscalização Profissional .....	160
9.6 Contratação, regime e demissão de pessoal .....	162
9.7 Diárias e jetons .....	173
9.8 Registro nos Conselhos .....	176
9.9 Precatórios .....	181
REFERÊNCIAS .....	183
LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA .....	186
ÍNDICE REMISSIVO .....	195